

SESSÕES DO PLENÁRIO

76ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 4 de setembro de 2023.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora regimental, 14h45, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Angelo Coronel Filho, Binho Galinha, Bobô, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Neusa Cadore, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Pedro Tavares, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (48)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pequeno Expediente.
Leitura do Expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Ludmilla Fiscina comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 28/08/2023.

Do Deputado Eduardo Salles comunicando que, devido às audiências que tivera em Brasília na ANIT, na Câmara dos Deputados e com o Ministro do Turismo, esteve ausente na Sessão do dia 29/08/2023.

Do Deputado Luciano Araújo comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 24/08/2023.

Do Deputado Eduardo Alencar comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 01/08/2023.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vai falar, Hilton? **(Oradores inscritos)**

O Sr. Hilton Coelho (fora do microfone): Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, usamos esta tribuna para fortalecer a possibilidade de amanhã, pela manhã, nesta Casa, a partir das 9 horas, nós termos um grande debate sobre o PL que propusemos, com a proibição da pulverização aérea de agrotóxicos. Um projeto que levantou uma polêmica muito grande, que, aliás, não é nova nesta Casa, visto que o deputado Marcelino Galo já apresentou um PL com teor parecido.

Nosso conteúdo tem elementos que vêm a acrescentar à discussão, mas o debate já vem sendo feito de maneira muito combativa pelo deputado Marcelino Galo. Nós apenas retomamos essa perspectiva. E por que nós fizemos isso? Porque, acompanhando a situação do país, a situação no nosso estado, de maneira ainda mais grave, só ganha contornos mais dramáticos.

Os dados no campo da saúde pública e do ponto de vista ambiental só criam uma situação em que nós precisamos pôr fim a esse método de espalhar os agrotóxicos. No Brasil, isso já significa um grande problema, já que, apesar de sermos o quarto produtor agrícola do mundo, somos o primeiro país na utilização de agrotóxicos, boa parte deles, inclusive, proibidos em todo o mundo.

Nós vamos fazer esse debate de maneira aprofundada amanhã, pela manhã. É claro, nós vamos ter uma contraposição aqui, porque existem segmentos que representam setores econômicos nesta Casa, que não concordam com essa posição. Nós vamos ter um debate muito rico, com representações nacionais, organizações da sociedade civil e, obviamente, também, o setor do agronegócio, que deve se fazer presente.

Portanto, eu quero convidar o conjunto dos deputados e deputadas para se fazerem presentes. Vai ser na sala das comissões, promovida pela Comissão de Agricultura e Política Rural, pela frente ambientalista e, mais recentemente, assumida também pela Comissão de Meio Ambiente, aqui desta Casa. Então devemos ter um grande debate amanhã, pela manhã. O deputado Leandro vai estar na Mesa também e eu espero que nós saíamos daqui com a consciência sobre a problemática e, sobretudo, com a coragem política de tomar uma decisão em benefício da saúde das pessoas e da nossa perspectiva de futuro, do ponto de vista ambiental.

Quero ocupar esta tribuna também, Sr. Presidente, para falar da situação da educação em Camaçari. O prefeito Elinaldo vem, ao nosso ver, massacrando a categoria, ano após ano, nesses últimos anos, sem respeitar a carreira. Ou seja, a prefeitura permanece à margem da lei, porque não respeita o plano de carreira da categoria.

Existe uma situação de precariedade das escolas e nem o acesso à escola os estudantes estão tendo, de fato, garantido, já que existe uma dificuldade muito grande do

serviço de transporte escolar, que não vem respondendo às reais necessidades das nossas crianças, lá, no município de Camaçari.

Apesar disso, apesar de todas as denúncias que estão sendo feitas, de um forte processo de mobilização, a resposta do prefeito foi o corte de ponto da categoria. Ou seja, não tem mesa de negociação, não tem respeito a plano de carreira, não tem respeito aos direitos mais elementares das crianças. E o prefeito responde a isso tudo com corte de ponto. Nós achamos que isso é inaceitável, que a Bahia tem de saber o que está acontecendo no município de Camaçari para que nós tenhamos uma mudança dos rumos.

Prefeito, reveja sua posição em relação a essa situação. Educação tem de ser prioridade, isso é incontornável e nós não podemos, portanto, ter...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) um poder municipal que aja com esse nível de autoritarismo, de truculência, à margem da lei, e que não responda à altura às necessidades da nossa população numa área que é tão cara para as perspectivas do presente e do futuro do nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Leandro de Jesus.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Muito boa tarde a todos os presentes. Sr. Presidente que conduz esta sessão, colegas, imprensa, mais uma vez, iniciamos uma semana consternados com a situação da violência que se impõe, aqui, em nosso estado da Bahia e a violência que impera, aqui, em nossa capital baiana e na Região Metropolitana de Salvador. O povo, realmente, está em uma situação bastante dramática, refém dessa criminalidade. E o que nos deixa bastante indignados é a situação que, muito obviamente, parece que na Bahia nós não temos governo, não temos governador. Em razão da situação bastante delicada que vivenciamos, inclusive, no dia de hoje, não tivemos, até então, nenhuma manifestação por parte do governador no sentido de se colocar ou de apresentar alguma ação que possa realmente trazer paz ao nosso estado, trazer paz à nossa capital baiana.

A situação tem se colocado tão grave que temos visto aí, não apenas a guerra das facções nos bairros da nossa capital, aqui na periferia, mas estamos vendo uma onda de violência, de sequestros que estão acontecendo, sequestros do tipo relâmpago, quando pessoas, famílias, mulheres estão sendo violentadas ameaçadas para que façam transferências bancárias, Pix. Estamos vendo o assassinato de trabalhadores, como é o caso de motoristas de aplicativo que estão sendo assassinados; ocorreu, mais uma vez, mais um caso, hoje. Ou seja, nós não temos nenhuma paz aqui no estado da Bahia. De fato, o governador, o PT perdeu totalmente o controle sobre a questão da insegurança pública em nosso estado da Bahia.

Mas este meu recado aqui vai, principalmente, para as nossas periferias, as periferias da nossa capital baiana, as periferias da nossa Região Metropolitana de Salvador; para o povo que foi enganado, mais uma vez; você que mora na periferia de Salvador e região metropolitana; você que foi enganado mais uma vez pelo PT; você que foi às urnas, fez o 13 e foi enganado; você, o inocente que foi enganado e agora está pagando um alto preço. Nada melhor do que uma reflexão sobre o que está acontecendo

agora, porque o povo pobre, o povo da periferia é o que mais está sendo prejudicado em razão desse desgoverno, desse caos.

A Bahia está colapsada pelo PT, está destruída! Hoje, ninguém mais, absolutamente ninguém, tem paz. Inclusive, dentro das nossas periferias, como ocorreu novamente, agora no Calabar, bandidos estão invadindo casas de famílias para fazer pessoas inocentes de reféns. Isso precisa acabar!

Eu quero também manifestar o meu apoio às nossas polícias: a Polícia Militar da Bahia e a Polícia Civil, que também são vítimas desse desgoverno que destruturou, que destruiu a nossa segurança pública e, obviamente, atingiu essas polícias. Mas, ainda assim, tanto a Polícia Militar, quanto a Polícia Civil e as forças de segurança, de um modo geral, vêm fazendo milagre aqui na nossa Bahia, porque são guerreiros, são heróis, que, diante desse caos, colocam as suas vidas em risco para servir de escudo para a nossa sociedade.

Então a situação é dramática e eu peço, eu solicito que o governador, pelo menos, tenha um pouco de compaixão e traga um pronunciamento, se manifeste sobre o que está acontecendo em nossa Bahia, sobre o que está acontecendo em Salvador. Ninguém aguenta mais! Inclusive, na Ufba, por exemplo, as aulas estão suspensas; já vimos casos de escolas que fecharam, que suspenderam aulas. Enfim, é um transtorno total, um caos. O colapso se instalou!

Nós precisamos de mudança, e essa mudança parte, principalmente, daqueles que foram enganados, daqueles...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) mais pobres, do homem, da mulher, da família da periferia. Não se enganem mais! O 13, o PT é destruição e nós estamos vendo aí as dores que estamos sofrendo. Esse é o meu recado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

(O deputado Samuel Junior assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Marcinho Oliveira. V. Ex.^a está inscrito. Não?

O Sr. Marcinho Oliveira (fora do microfone): Não.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Deputado Raimundinho da JR.

O Sr. Raimundinho da JR (fora do microfone): Não. Vou dar meu tempo para meu líder, para ele anunciar coisas boas.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Não? Nenhum dos senhores falará?

Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa, servidoras, servidores, visitantes.

Presidente, hoje eu quero aqui relatar que, no decorrer da última sexta-feira, do último sábado, fizemos uma reunião da Base do Governo, na qual nós chamamos o conselho político para que nós pudéssemos fazer uma avaliação do nosso governo, avaliar um pouco o quadro da política e dos investimentos.

Quero dizer que eu fiquei muito entusiasmado com o que eu vi do secretário Manoel Vitória. Ele apresentou aqui na Assembleia, também, uma perspectiva de que nós já estamos, há muito tempo, em segundo lugar na área de investimentos no país, perdendo

apenas para São Paulo, numa expectativa, inclusive, de empatar com o estado de São Paulo, no próximo trimestre.

Então isso é muito positivo para nós, aqui, da Bahia.

É natural que nós queiramos, também, ver melhoria em todos os segmentos.

Hoje, a educação da Bahia deu um salto de qualidade muito grande. Se falava da referência do Ceará. Hoje, os resultados comparados, no último semestre, ou seja, em relação ao semestre anterior dos outros estados, a Bahia é o maior estado em investimentos na área da educação, com resultados, do ponto de vista técnico, para o avanço da educação no nosso país.

Temos um gargalo. Esse é real. A segurança pública não é um problema da Bahia, é um problema do Brasil. Nós passamos alguns anos sem um plano nacional de segurança pública. São 6 anos sem um plano nacional de segurança pública. E não se resolve o problema da violência se nós não tivermos um plano nacional de combate à violência, um plano nacional de segurança pública, pois o principal coordenador disso é a União. Os estados não têm condição de funcionar, deputado Pablo, como indutor da segurança pública, isoladamente.

Na Bahia, nós estamos trabalhando muito para resolver os problemas. Ainda ontem, foi anunciada a prisão de um dos assassinos da Mãe Bernadete, que, inclusive, estava de posse do celular da vítima. Já havia acontecido essa prisão, há, pelo menos, 4 dias. Isso não foi informado para evitar problemas do ponto de vista da investigação. Então, nós estamos trabalhando.

Hoje, teve uma reunião da Secretaria da Segurança Pública com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e o governador Jerônimo Rodrigues. Todos estavam trabalhando na questão da violência e nas ações da segurança pública no estado.

Naturalmente, a gente sentiu e sente falta de um plano nacional de segurança pública. O crime se organiza, hoje, em todos os estados. No momento em que acontecem ações em um estado, o crime migra para outro, migra para outro. Tomam determinadas medidas. Se moderniza. E nós precisamos fazer um estudo para combater o crime de uma forma unificada no país. Não adianta a gente fazer discurso, isoladamente, da segurança pública.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Eu, até, quero louvar o prefeito Bruno Reis que tem feito um debate maduro sobre esta questão.

Eu vi o ex-prefeito de Salvador falando da preocupação dele com segurança pública. Não vi, no governo do ex-prefeito de Salvador, este debate sobre segurança pública. Hoje, quando ele coloca esta questão da segurança pública, deputado Robinson, me parece que é muito mais na defesa dos seus interesses de investidor nos bairros nobres da cidade de Salvador, preocupado com seus empreendimentos, do que, de fato, preocupado com a sociedade baiana.

Acho que o tema tem de permear cada um de nós na luta contra a violência em nosso estado.

Por isso, nós estamos trabalhando, incansavelmente, para a gente ter ações preventivas e repressivas, com o intuito de a gente dar segurança à população para confirmar o direito de ir e vir.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra, agora, o deputado Robinson Almeida. V. Ex.^a tem até 5 minutos, deputado.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, membros da imprensa, os que nos acompanham pela *TV ALBA*, presentes nas galerias, gostaria de saudar todos e, ao mesmo tempo, dizer que, ontem, a comunidade e os ambientalistas, no bairro do Rio Vermelho, fizeram uma manifestação em um dos locais turísticos mais importantes da nossa cidade, que é a Praia do Buracão, no Rio Vermelho. Esta tem uma característica específica de ser uma praia, praticamente, isolada, segmentada e de difícil acesso.

Há, na prefeitura, a intenção de construção de três grandes torres, cada uma com 18 andares, em frente à praia, ao mar do Buracão.

Então, há um protesto e há uma manifestação de repúdio dessa comunidade, moradora do Rio Vermelho, e a sua associação de moradores, reforçada e fortalecida pelo movimento ambientalista contra a construção de tais prédios. Essas torres causariam um sombreamento inaceitável na Praia do Buracão, cerca de 30% de sombra projetada na areia e projetada sobre o mar, especialmente nos meses de junho, julho e agosto.

Essa construção contraria as regras de licenciamento ambiental e o próprio Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador, causando uma repercussão muito negativa nesse destino turístico de Salvador que, agora, passaria a conviver com espigões praticamente dentro do mar, repito, praticamente dentro do mar. Isso causaria um prejuízo irreparável àquele ambiente e afugentaria o fluxo turístico que ficaria impedido de aproveitar a beleza natural daquele destino, com esse impacto de grande proporção no ambiente.

Então, quero fazer um apelo à prefeitura de Salvador para não liberar o alvará de construção desse empreendimento. Espera-se que se aja com bastante rigor. Todos nós somos favoráveis à atração de investimentos no setor imobiliário, que possa ser implantado na cidade. Mas nós não podemos ceder na dimensão de permitir a construção em uma área que tem de ser preservada.

Então, estão, aqui, a minha solidariedade e o meu apoio ao movimento ambiental dos moradores do Rio Vermelho que querem preservar a Praia do Buracão como um destino importante daqueles que moram em Salvador, daqueles que nos visitam e têm aquela praia como uma referência obrigatória no bairro do Rio Vermelho.

Mas, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu, também, quero registrar e saudar os trabalhadores em telefonia pela comemoração dos 70 anos de atividade sindical. Eles são liderados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações da Bahia (Sinttel-BA) e têm resistido, ao longo dessas últimas décadas, como referência da organização e da luta dos trabalhadores, especialmente, os trabalhadores, hoje, de *call center*.

Esses trabalhadores formam grande parte da base dessa categoria e precisam de um apoio do movimento sindical, especialmente pelas condições de trabalho, muitas doenças ocupacionais e, também, pela baixa remuneração.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então saúdo o Sinttel-BA ao comemorar os seus 70 anos de idade. São 70 anos de luta em defesa dos trabalhadores em telecomunicações. E eu tenho a certeza de que vão continuar, pelas próximas décadas, promovendo a defesa da justiça e da igualdade entre os trabalhadores.

Um grande abraço.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Júnior): Com a palavra o deputado Marcinho Oliveira. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos.

O Sr. MARCINHO OLIVEIRA: Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho, nesta tarde, para relatar que, na última semana, estive em Brasília ao lado dos colegas deputados que fazem parte da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, ao lado dos meus colegas deputados Raimundinho, Eduardo Salles e Matheus. Participamos de uma importante audiência pública com representantes da ANTT e Viabahia – ou, por que não dizer?, da “Enrolabahia” – para tratar de importantes temas, como a má prestação de serviço por essa concessionária.

Ali, deputado Raimundinho, presidente Samuel, fomos surpreendidos pela maneira como foram apresentados os gráficos e os demonstrativos por essa concessionária.

Naquela ocasião, deputado Arimateia, eu fiz questão de frisar que o nosso povo da Bahia não suporta mais conviver com essa concessionária. Mostrei, aos representantes da ANTT, o que a Viabahia fala da ANTT em nosso estado, como se ANTT fosse o gargalo e fosse o órgão que dificultasse o desenvolvimento da concessionária em fazer a terceira faixa, que dificultasse a complementação da duplicação da BR-116.

Lá, eles, a Viabahia, foram pegos na mentira pela ANTT, pois este órgão está, sim, querendo que a concessionária preste o serviço que tem de prestar ao nosso estado.

E a gente volta a esta Casa para cobrar da Mesa Diretora e da Procuradoria que dê um parecer sobre a criação da CPI da má prestação do serviço pela Viabahia porque nós estamos sendo cobrados. Nós, como deputados, estamos sendo cobrados pela população, que não aguenta mais.

E nós temos que fazer, sim, neste momento, deputado Arimateia, o nosso trabalho aqui de mostrar o descaso total em que está a BR-324 e a BR-116. Nós não suportamos mais viver com os buracos, com a falta de sinalização, com os constantes acidentes que estão ceifando a vida das pessoas que trafegam na BR-324 e na BR-116. Estou fazendo o meu papel como deputado como vários colegas aqui estão.

Quero aqui parabenizar o meu amigo Robinson, que agora está conduzindo a subcomissão que vai tratar com a Coelba, pois aqui já foi protocolado também a CPI pedindo a avaliação da má prestação do serviço. Mas já existe nesta Casa uma subcomissão para tratar desse assunto, sendo presidida pelo deputado Robinson, tendo vários colegas que fazem parte também.

Vamos juntos, deputado Raimundinho, não me canso. Falei já com o deputado Tiago, hoje também, sobre os vários protocolos que fizemos no Tribunal de Contas da União para poder tomar providências porque o povo da Bahia não suporta mais conviver com a concessionária cujo nome temos que mudar aqui e colocar “Enrolabahia”.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Marcinho.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra a deputada Olívia Santana. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, boa tarde, boa tarde a todas e todos, quero saudar os trabalhadores e trabalhadoras desta Casa, desejar uma semana muito produtiva, positiva para todos nós.

Quero aqui, Sr. Presidente, me dirigir a todos que nos assistem para dizer da minha participação, neste final de semana, no protesto que aconteceu na Praia do Buracão com moradores do Rio Vermelho, moradores do Vale das Pedrinhas e do Nordeste de Amaralina. Aquela praia é um patrimônio nosso, da cidade do Salvador, que vem cada vez mais sendo cercada, esmagada, por grandes construções. E agora as empresas Bet BA 1 e Bet BA 2 adquiriram três grandes lotes na área para implantarem três torres de 18 andares.

É uma estupidez! É uma rua estreita aquela rua, do Barro Vermelho, é uma rua extremamente estreita, deputado, completamente adensada já. São paredões de um lado e de outro, paredões que já estão ocupando a área que dá para a praia, uns chegam e tiram a vista do outro. É uma guerra entre os grandes empreendimentos.

E agora vem um gigante, digamos assim, que vai ser... que é a expressão, melhor dizendo, da vandalização do capital. Nós defendemos, obviamente, o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento urbano, entretanto, a ocupação urbanística, ela tem que ser conjugada com o direito ao bem-estar social, com o direito da coletividade.

E o que a gente está vendo agora se desenhar em relação à Praia do Buracão é algo que chega, de fato, para escancarar e mostrar uma ocupação que diz respeito muito mais aos interesses do grande capital do que aos interesses do desenvolvimento sustentável da cidade. A cidade é nossa, Salvador é nossa.

À prefeitura, faço aqui esse apelo, porque é um absurdo, a prefeitura não pode se curvar ao grande capital com tanta facilidade como se curva. Todas nós e todos nós sabemos, essas empresas estão buscando o licenciamento, e nós entendemos que é fundamental respeitar o Estatuto da Cidade, os mecanismos legais, entender a necessidade de fazer os estudos técnicos sobre o impacto no sombreamento da Praia do Buracão, também a situação do trânsito naquela região, já estrangulada, adensada, o que acarreta, para a mesma rua, uma quantidade enorme de veículos.

Então, os moradores e as moradoras têm razão de estarem mobilizados e mobilizadas na luta em defesa do direito à cidade, do direito ao bem-estar e levantando também, com muita força, a questão do meio ambiente. Porque o impacto em relação ao sombreamento não é somente no que diz respeito ao direito dos banhistas, dos usuários e usuárias da praia, mas também a todas as consequências ambientais que serão acarretadas com o sombreamento causado por três torres de 18 andares cada uma, portanto, revelando essa estupidez do capital...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Eu termino aqui a minha fala, presidente, parabenizando também o governo da Bahia pela entrega do Centro de Cultura Adonias Filho lá em Itabuna. Foi uma grande festa, bonita, da cultura, das artes, dos fazedores de cultura de Itabuna e de toda a região do Litoral Sul, a reinauguração, completamente reformado, com nove ambientes distintos e um grande e equipado anfiteatro, do Espaço Cultural Adonias Filho.

Parabéns ao governador Jerônimo e parabéns a todos que lutaram por 9 anos, sobretudo, o meu querido amigo Egnaldo, presidente do Conselho Municipal de Cultura, nossa vereadora Wilmaci, todos os envolvidos com a luta em defesa daquele espaço fundamental para a arte e para a cultura de Itabuna e de toda a Bahia.

Obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k.
(Não revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Diego.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, cumprimento todos os presentes nesta Casa, nobres colegas, a imprensa aqui presente, as galerias e os funcionários também desta Casa.

Presidente, vim falar hoje novamente em segurança pública, de retratos e retratos do caos, a Bahia continua se superando, dessa vez a matéria que está no Correio da Bahia do dia de hoje: *Cursos na Ufba suspendem aulas em meio a violência no Alto das Pombas e no Calabar*.

Para você ver que a quebradeira na segurança pública e a quebradeira de 16 anos do Partido dos Trabalhadores sob a gestão de leniência, quando as principais pastas põem em xeque uma outra perna do tripé das políticas públicas, que é a educação,...

Digo e repito aqui, nós estamos carecas de saber, não dá para se fazer segurança pública como a atual gestão vem fazendo, com peças publicitárias, com engodos, com propagandas mentirosas, com fotos bonitinhas de entregas de viaturas. É importante? Sim, mas isso é apenas “enxugação” de gelo.

Se não remunerar... Primeiro ponto, se não dar remuneração digna aos policiais militares, aos profissionais da segurança pública, como a todo o funcionalismo, e não os tratar com a política de valorização em todas as outras esferas, jamais iremos superar esse gargalo. Porque o policial na Bahia, ele é tratado, principalmente pelo governo, com olhar de demonização. É ensinado desde a escola que o policial é demônio, que o policial, ele é o bicho-papão, que ele é inimigo da sociedade. Já começa por aí.

E é por isso que a gente tem hoje as comunidades contra a Polícia Militar, porque desde 2007, quando esse governo assumiu, foi promovida uma política de sucateamento das forças de segurança. Por quê? Porque, para socialista, não é interessante ter instituições fortes, principalmente aquelas que visam garantir a paz social. Para quê? Para que o caos se instale e ele se faça em cima dessa política aí ultrapassada, ou melhor dizendo, dessa política nefasta que assola o nosso estado da Bahia.

Outro fato engraçado que eu queria pincelar aqui: os mesmos grupos de esquerda, principalmente estudantis da Ufba, que eram contra o policiamento chegou ao ponto agora de dizer: “Precisamos reforçar o policiamento no entorno das entidades.” Que engraçado, né?! Olha aí, quando o bicho pega, é a polícia, o soldado de reserva, é a polícia que vai garantir a segurança, é a polícia que vai garantir a vida de cada um.

Então, Sr. Presidente, para concluir, onde é que vamos parar com esse descaso? O que é que o governo do estado vai esperar acontecer para tomar uma postura mais firme, enérgica, combativa, do ponto de vista prático, para esse setor?

O que mais? Porque estamos em um banho de sangue, porque estamos em um Iraque da década de 1980, como eu digo e repito sempre. Estamos aqui numa verdadeira Faixa de Gaza, aos moldes do PT, disso não há mais dúvidas.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O que é que, agora, o governo espera acontecer? E para concluir, agora de vez, vai esperar que o nosso estado vire um México, onde os cartéis e o crime organizado comandam o país? Infelizmente, é o retrato do que está acontecendo no estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosenberg Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Pela ordem, deputado Rosenberg.

O Sr. Rosenberg Pinto: Sr. Presidente, quero pedir a V. Ex.^a para fazer uma verificação de quórum para a continuidade da sessão. Mas queria deixar registrado que, às vezes, há uma reivindicação muito grande de determinados setores organizados da sociedade por quererem que o estado seja o propulsor de uma segurança pública para seus empreendimentos. Nós temos que garantir a segurança pública para a sociedade; área privada, ela tem que se organizar.

Eu estava vendo uma entrevista hoje, ao meio-dia, e vi um proprietário de terra falando, obviamente, dos problemas de roubos de animais na sua terra. Olha, não podemos tratar isso como uma questão de segurança pública, isso é uma questão privada. Ou seja, se a gente pegar o nosso aparato policial para botar um policial na porta de cada fazenda ou na porta de cada empreendimento comercial não vamos ter a nossa Polícia Militar atendendo à população.

Eu acho que nós temos que ter, e o estado está fazendo o papel... Houve um questionamento com relação a invasão de propriedade privada. Foi provado que aquela invasão está equivocada e a justiça definiu que é necessário que haja uma reintegração de posse, cabe ao estado garantir a reintegração de posse, o que a Bahia fez em todos os locais. Não há sequer uma solicitação de reintegração de posse que o estado não tenha garantido que ela acontecesse, dentro do quadro jurídico de validade.

Então, é só para a gente não achar que a Polícia Militar, a estrutura de segurança pública do estado deva ser um instrumento para garantir a propriedade privada, tem que garantir a sociedade como um todo. É lógico que as propriedades fazem parte da estrutura social, mas ela não pode ser cuidada como algo específico, senão nós vamos estar trocando de garantir a vitalidade da população, obviamente, pelos interesses de negócios que têm o segmento empresarial.

E eu solicito a verificação de quórum, obviamente que depois da intervenção do deputado Marcinho.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Deputado Rosenberg, na verdade há um acordo, inclusive de V. Ex.^a com o deputado Alan, exatamente sobre a questão do quórum no Pequeno Expediente.

O Sr. Rosenberg Pinto: É porque não tinha mais ninguém...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Como a gente não tem orador inscrito, para que eu não rasgue aqui o acordo que V. Ex.^a fez com o deputado Alan – só acionando a memória de V. Ex.^a, porque eu sei que V. Ex.^a, até então, tem sido bom de trato no acordo –, então, eu vou dar uma questão de ordem ao deputado Marcinho. E como não há orador inscrito, eu vou encerrar o Pequeno Expediente, não acatando o pedido de quórum de V. Ex.^a, para que a gente continue com o acordo. Tranquilo?

O Sr. Rosenberg Pinto: Combinado. Sem problema.

Questão de ordem, deputado Marcinho.

O Sr. Marcinho Oliveira: Sr. Presidente, como o deputado Rosenberg citou essa situação, eu concordo com ele em parte. A Polícia Militar não tem como fazer segurança de propriedades, mas, hoje, deputado Rosenberg, eu posso te falar com propriedade: pelo

interior do estado, nós precisamos urgente que o governo do estado, que eu sei que está preocupado com a segurança, faça um trabalho mais detalhado de investigação sobre ocorrências nas diversas regiões do nosso estado, sobre assalto às propriedades, às fazendas.

É direito dos fazendeiros, das pessoas que têm as suas pequenas propriedades, quererem uma segurança que não é privada. Mas tem que ter uma segurança e que se investigue para se chegar a esses criminosos, pois os pequenos vivem para poder criar suas pequenas criações, como a gente vê em diversas regiões, na região de Cansanção, na região de Monte Santo, na região de Euclides da Cunha, onde os pequenos têm as suas criações de caprino, ovinocultura sendo roubadas. A gente sabe que não precisa a Polícia Militar, que eu sei que está fazendo um trabalho ostensivo contra a criminalidade.

Hoje, a criminalidade cresceu muito e está amedrontando as famílias, a sociedade. Mas que esses assaltos sejam também investigados, porque o homem do campo não merece viver sempre assustado com a grande criminalidade que, hoje, está acontecendo no interior do estado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, deputado Marcinho, eu concordo com V. Ex.^a. Inclusive, o governador acabou de autorizar a contratação de mais investigadores, deu uma reestruturada na Polícia Civil com o objetivo de fazer isso. Essa parte é do estado. Se houve a dilapidação de um patrimônio, uma tentativa de destruição do patrimônio, roubo em determinadas propriedades, cabe, sim, ao estado fazer a investigação e buscar os delinquentes dessa área.

O que não cabe é que o estado tenha que manter em cada propriedade um policial, um segurança, isso nós não temos condições de fazer, porque nós estaremos desassistindo a sociedade para garantir a segurança de um empreendimento, e o empreendedor deve prover a sua segurança.

Era isso. Não temos discordância, não.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Como não há mais orador inscrito, declaro encerrada a presente sessão, convocando os Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas para amanhã, dia 5, no horário regimental.

Deus abençoe a todos.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Alex da Piatã, Antônio Henrique Jr, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Eduardo Salles, Eures Ribeiro, Fátima Nunes, Kátia Oliveira, Maria del Carmen, Nelson Leal, Niltinho, Patrick Lopes, Paulo Rangel, Penalva e Robinho. (15)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.